



Decretação de Situação Anormal e Preenchimento de FIDE, DMATE no S2ID



DECRETAÇÃO DE SITUAÇÃO ANORMAL E PREENCHIMENTO DE FIDE E DMATE NO S2iD

Facilitador: Jacques Prates

CEPDEC - Departamento de Preparação e Resposta

Tempo estimado para apresentação:

09 de julho: 04 horas

10 de julho: 04 horas

AO FINALIZAR ESSA CAPACITAÇÃO, VOCÊ DEVERÁ SER CAPAZ DE:

- ✓ Compreender o processo de Decretação de Situação Anormal;
- ✓ Conhecer os modelos de: Decreto Municipal, Ofícios de requerimento de reconhecimento Estadual e Federal, Parecer Técnico e Relatório fotográfico;
- ✓ Preencher os formulários FIDE e DMATE; e
- ✓ Realizar solicitação do reconhecimento federal e estadual da situação anormal (SE e ECP) no S2ID.

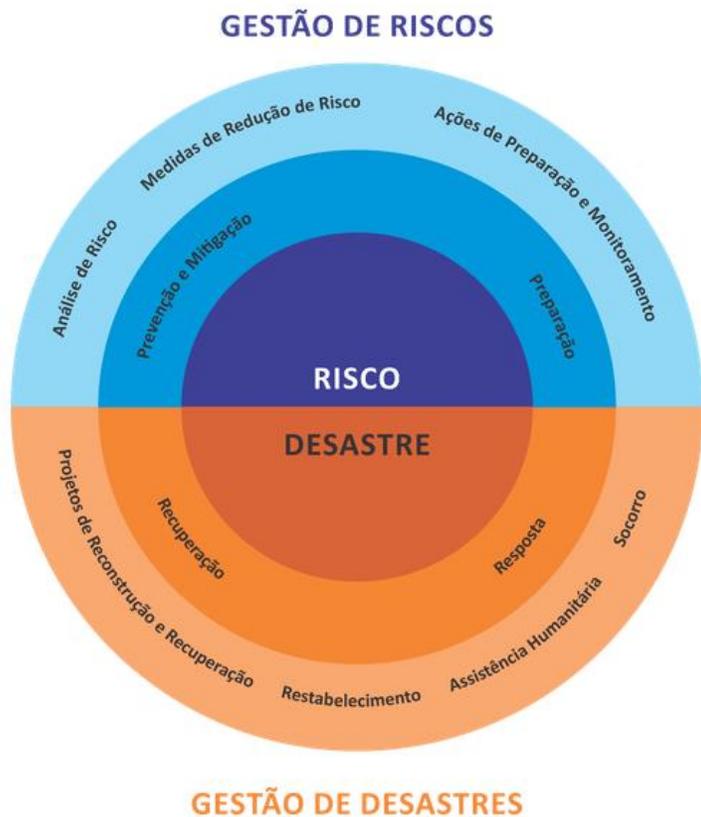
DEFESA CIVIL

Conjunto de ações de **prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação** destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos sobre a população e a promover o retorno à normalidade social, econômica ou ambiental.

AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES: medidas preventivas destinadas à redução de riscos de desastres, suas consequências e à instalação de novos riscos;

GESTÃO DE DESASTRES: compreende o planejamento, a coordenação e a execução das ações de resposta e de recuperação.

AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



Preparar os órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil, no município, e a comunidade, para garantir uma resposta adequada aos desastres e minimizar os danos e prejuízos consequentes.

Elaboração de planos específicos onde é estabelecido o que fazer, quem faz, como fazer, e quando deve ser feito.

AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



Com o plano de contingência pronto e operacionalizado (simulados ou real) cada agente saberá o que fazer, quando fazer, como e com quais recursos irão atuar no momento do desastre.

DESASTRE

As ações devem ocorrer de forma integrada, com a participação de todos os servidores/agentes visando proporcionar uma resposta efetiva às áreas afetadas e garantir o retorno à normalidade o mais breve possível.



DESASTRE

Levantamento de danos e prejuízos:

É importante que cada Agência/Secretaria envolvida utilize suas competências para ir a campo e coletar informações detalhadas sobre os danos humanos, materiais, ambientais, além de prejuízos econômicos tanto públicos quanto privados. Esse processo é fundamental para entender o impacto completo do evento e tomar decisões sobre as medidas necessárias de recuperação e apoio às comunidades afetadas.

Compilação de dados / caracterização do desastre/ Parecer Técnico:

Compete à COMPDEC, além de suas atribuições rotineiras, registrar o desastre no sistema S2iD e elaborar um parecer técnico* após receber os relatórios emitidas pelas Agências/Secretarias responsáveis pela coleta de dados. Este parecer deve detalhar os impactos e o nível do desastre, e recomendar ao chefe do executivo a declaração ou não de situação anormal, assim como sua caracterização, seja como Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP).

* Em cumprimento ao inciso IV do artigo 9º - Port. MDR nº 260/2022 e o artigo 24 do decreto estadual nº 5696-R de maio de 2024.

Parecer Técnico

GOVERNO DO ESTADO [nome] OU PREFEITURA MUNICIPAL [nome]

[Órgão de Proteção e Defesa Civil]

[Endereço com CEP]

[Números de telefone e e-mail]

PARECER TÉCNICO Nº. [000/ANO]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assunto: [Decretação ou reconhecimento estadual] de situação de anormalidade

I. INFORMAÇÕES GERAIS

O presente parecer versa sobre o desastre e situação de anormalidade abaixo resumida.

A. INFORMAÇÕES GERAIS			
UF:	Município(s):		
CÓDIGO COBRADE:	TIPO:	DATA:	HORA:
CAUSAS E RECORRÊNCIA:			
Decreto [n. e data]		Publicação: [Diário Oficial Municipal/Estadual n. e data]	
Situação de Anormalidade: [SE/ECP]		Desastre Nível [I, II ou III]	
Protocolo de Registro no S2ID: [UF-F-0000000-00000-00000000]			

II. EFEITOS DO DESASTRE

Em decorrência do levantamento de danos e prejuízos, seguem as principais informações dos efeitos **diretos** do desastre em tela.

B. DANOS HUMANOS:
[Breve descrição quali quantitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]
C. DANOS MATERIAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

D. DANOS AMBIENTAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

III. AÇÕES DE RESPOSTA REALIZADAS

Com base no Plano de Contingência para o desastre em tela, as seguintes ações emergenciais foram executadas.

E. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos recursos, conforme as informações gerais da atuação emergencial descrita no FIDE, relacionando-os aos recursos financeiros envolvidos]

F. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos recursos, conforme as informações gerais da atuação emergencial descrita no FIDE, relacionando-os aos recursos financeiros envolvidos]

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se a apresentação geral das informações do desastre e atuação emergencial decorrente, e constata-se que os requisitos estabelecidos, nas normas vigentes para a decretação de situação de anormalidade, foram **cumpridos**.

Destá forma, **fundamenta-se a situação de anormalidade decretada**.

É o parecer.

[Local], [dia] de [mês] de [ano.]

[Assinatura]

[Nome]

[Coordenador (Estadual/Municipal) de Proteção e Defesa Civil]

DECRETAÇÃO - Declaração de Situação Anormal

QUANDO?

A ordem social for afetada devido a alteração da normalidade em virtude de desastre, a depender da sua intensidade, dos danos e prejuízos causados.

Necessidade de adoção de medidas administrativas excepcionais no território afetado. Ex. dispensa de licitação – inc. VIII do art. 75 da lei 14.133.

Objetiva garantir as condições legais necessárias para responder, reabilitar e reconstruir as áreas afetadas, com o devido amparo jurídico.

DECRETAÇÃO - Declaração de Situação Anormal

Tipos de Decretação

1 - Situação de Emergência (SE): situação anormal provocada por desastre causadora de danos e prejuízos que implicam o comprometimento **parcial** da capacidade de resposta do poder público do ente atingido e da qual decorre a necessidade de recursos complementares dos demais entes da Federação para o enfrentamento da situação (Lei Federal nº 12.608/2012).

2 - Estado de Calamidade Pública (ECP): situação anormal provocada por desastre causadora de danos e prejuízos que implicam o comprometimento **substancial** da capacidade de resposta do poder público do ente atingido, de tal forma que a situação somente pode ser superada com o auxílio dos demais entes da Federação (Lei Federal nº 12.608/2012).

DECRETAÇÃO - Declaração de Situação Anormal

Caracterização

O que definirá o tipo de decretação como sendo **Situação de Emergência** ou **Estado de Calamidade Pública** será a caracterização da intensidade do desastre (nível I, II ou III).

DECRETAÇÃO - Declaração de Situação Anormal

Intensidade dos Desastres - Portaria MDR nº 260/2022

Desastres de Nível I ou de pequena intensidade: aqueles em que a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados a nível local, por meio do emprego de medidas administrativas excepcionais previstas na ordem jurídica.

Desastres de Nível II ou de média intensidade: aqueles em que a situação de normalidade precisa ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local e complementados com o aporte de recursos do estado, da União ou de ambos os entes federativos.

Desastres de Nível III ou de grande intensidade: aqueles em que se verifica comprometimento do funcionamento das instituições públicas locais ou regionais, impondo-se a mobilização e a ação coordenada das três esferas de atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, e, eventualmente de ajuda internacional, para o restabelecimento da situação de normalidade.

DECRETAÇÃO - Declaração de Situação Anormal

Caracterização – Portaria MDR nº 260/2022

Decretação de Situação de Emergência (SE): quando a intensidade do desastre for classificada como nível I ou II.

Decretação de Estado de Calamidade Pública (ECP): quando a intensidade do desastre for classificada como nível III.

DECRETAÇÃO - Declaração de Situação Anormal

Nível I - desastres de pequena intensidade

Nível II - desastres de média intensidade (expressivos)



SE

Nível III - desastres de grande intensidade (vultosos)



ECP

COMPETÊNCIA PARA DECRETAÇÃO

- 1) Desastre restrito apenas à área do Município ou do DF: **Governador do DF ou Prefeito Municipal.**
- 2) Desastres resultantes do mesmo evento adverso e que atingirem mais de um município concomitantemente ou quando um município estiver com sua capacidade administrativa prejudicada pelo evento adverso: **Governador do Estado.**

DECRETO

ESTADO DE [NOME DO ESTADO]
PREFEITURA MUNICIPAL DE [NOME DO MUNICÍPIO].

DECRETO Nº [número do decreto], de [dia] de [mês] de [ano].

Declara [situação de emergência ou estado de calamidade pública] nas áreas do Município afetadas por [nome do desastre – numeração COBRADE], conforme legislação aplicada ao tema.

O (A) Senhor (a) [Nome do (a) prefeito (a)], Prefeito (a) do Município de [Nome do município], localizado no estado de (o) [Nome do Estado], no uso de suas atribuições legais, conferidas pela [Inserir o nº da Lei Orgânica Municipal] e pela lei federal que disciplina a declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública no âmbito do SINPDEC, e:

CONSIDERANDO:

I – Que [inserir descrição dos fatos contendo o fenômeno que causou o desastre, a data e a hora em que ocorreu, sua duração e localização no território do município];

II- Que em decorrência dos seguintes danos [inserir a estimativa dos danos humanos, materiais e ambientais causados pelo fenômeno];

III – A manifestação do [inserir o nome do órgão municipal de Proteção e Defesa Civil] relatando a ocorrência deste desast

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada [situação de emergência ou estado de calamidade pública] nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como [nome do desastre – COBRADE], conforme legislação aplicada.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação [nome do órgão municipal de proteção e defesa civil], nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação [nome do órgão municipal de proteção e defesa civil].

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Em caso de utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema, com a observância de suas condições e consequências.

Art. 6º. Com fundamento na Lei 14.133/2021, sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a recontração de empresas e a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por [inserir período de validade do decreto] dias.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do (a) Prefeito (a), aos [Inserir o dia] dias do mês de [Inserir o mês] de [Inserir o ano].

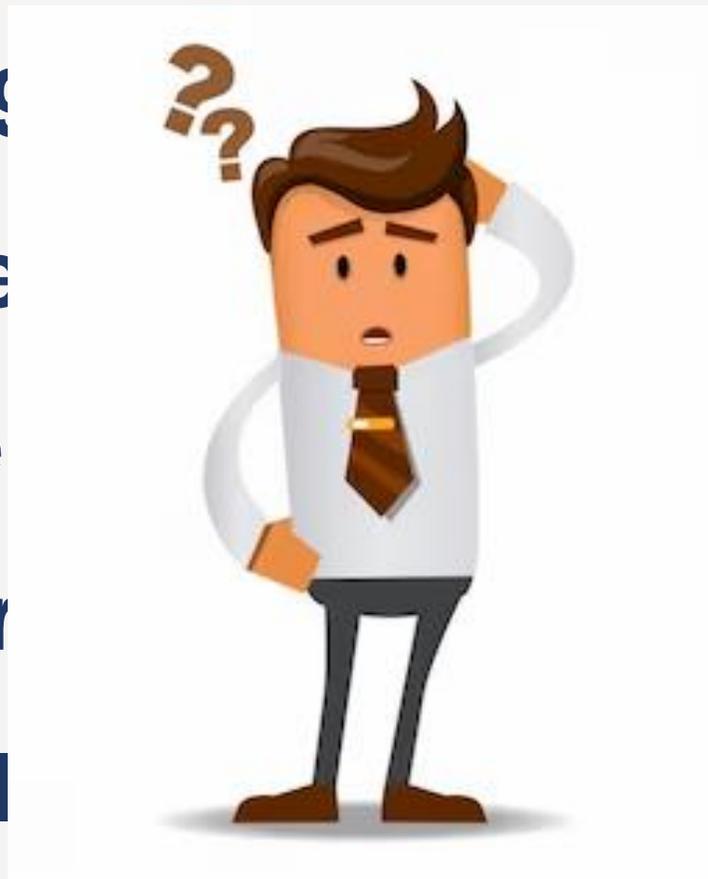
Validade do Decreto

Por te

E se

por

val



nado?

lurar

e a

o?

Fundamentação Legal

Art. 7º Nos casos não disciplinados em norma específica, o prazo de vigência do reconhecimento da situação de anormalidade decorrente de desastres **é de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação do decreto.**

§ 1º Findo o prazo mencionado no caput, o ente federado poderá declarar novamente a situação de anormalidade e solicitar novo reconhecimento federal, **mediante a apresentação de novos elementos que com provem a permanência dos efeitos do desastre original sobre a região afetada.**

§ 3º. Nos casos em que o decreto oriundo do ente federado estabelecer **prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias**, o reconhecimento federal considerará o prazo que estiver expresso naquele decreto.

(Portaria nº 260/2022/MDR)

Validade do Decreto

90 ou 180 DIAS?

Por tempo indeterminado?



Máximo de 180 dias

**E se a situação perdurar
por mais tempo que a
validade do decreto?**



**Decreta
novamente**

RECONHECIMENTO DO DECRETO DE SITUAÇÃO ANORMAL

Reconhecimento Federal – Portaria MDR nº 260 de 02 de fevereiro de 2022 alterada pela Portaria MDR nº 3646 de 20 de dezembro de 2022.

Reconhecimento Estadual – Decreto nº 5696-R de 06 de maio de 2024.

Artigo 33 - O processo de reconhecimento da situação anormal será regido por normatização federal vigente e, no que esta for omissa, por Portaria do Comando-Geral do CBMES.

RECONHECIMENTO FEDERAL

Objetivo:

Adoção de medidas **administrativas excepcionais** por parte Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil e o atendimento de requisito previsto em lei para realização de **transferências de recursos** da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de **ações de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres.**

RECONHECIMENTO ESTADUAL

Objetivo:

Art. 35. O reconhecimento da situação anormal possibilitará o auxílio do Estado de forma complementar às ações de proteção e defesa civil desenvolvidas pelo Município em SE ou ECP.

Ações de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres.

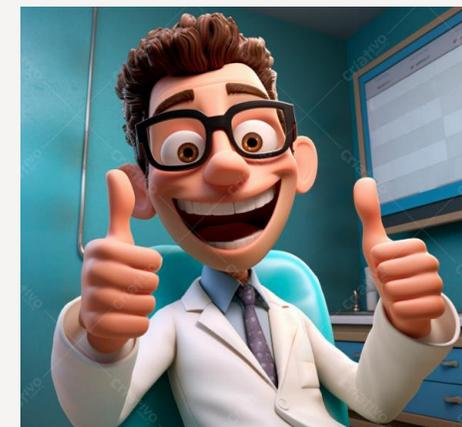
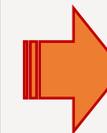
RECONHECIMENTO FEDERAL – Portaria MDR 260

Nível I - desastres de pequena intensidade.



**Não enseja reconhecimento
§ 1º art. 5º**

**Nível II - desastres de média intensidade (expressivos);
Nível III - desastres de grande intensidade (vultosos).**



Prazos para solicitação do reconhecimento

DESASTRES SÚBITOS:

Até 10 (dez) dias da OCORRÊNCIA do desastre.



DESASTRES GRADUAIS:

Até 10 (dez) dias contados da DATA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO.



CONCEITOS BÁSICOS

DESASTRE: resultado de evento adverso, de origem natural ou induzido pela ação humana, sobre ecossistemas e populações vulneráveis que causa significativos danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais;

DESASTRE SÚBITO: desastre desencadeado por eventos adversos de início abrupto, resultando em danos imediatos ou de rápida evolução;

DESASTRE GRADUAL: desastre desencadeado por eventos adversos de agravamento lento e progressivo, resultando em danos crescentes ao longo do tempo.

Documentação Obrigatória para Reconhecimento Estadual / Federal

- Ofício de Requerimento de reconhecimento federal e estadual (**01 para cada ente**);
- Decreto que declara a situação de anormalidade, devidamente publicado em meio oficial;
- FIDE;
- Parecer Técnico da COMPDEC;
- Relatório Fotográfico no S2iD, podendo ser complementado com arquivo anexo; e
- Outros documentos (laudos e relatórios) solicitados pela CEPDEC ou Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para instruir a análise técnica;
- **DMATE ?**

(Portaria nº 260/2022/MDR)

[timbre]
[órgão proponente]
[endereço com CEP]
[números de telefone/fax e e-mail]

Ofício nº [000/ANO/SIGLA]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

A Sua Excelência o Senhor
[Inserir o nome do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil]
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar – Brasília-DF
CEP: 70067-901 Brasília/DF
Telefone: (61) 2034-5513

Assunto: Solicitação de Reconhecimento Federal.

Senhor Secretário Nacional,

1. [Introdução sucinta], com fulcro na Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, participo a ocorrência de situação de normalidade por desastre, registrado no sistema S2iD, em resumo:

UF: _____ Município: _____

Desastre: [classificação conforme decretação]	Data do desastre: [00/00/0000]
Decreto [n. e data]	Publicação: [Diário Oficial Municipal/Estadual n. e data]
Situação de Anormalidade: [situação de emergência ou estado de calamidade pública]	Protocolo S2iD: [UF-F-0000000-00000-00000000]

2. Tendo em vista as informações apresentadas nos formulários eletrônicos e demais documentos enviados por meio do protocolo S2iD supracitado, **solicita-se o reconhecimento federal da situação de anormalidade decretada devido a necessidade de apoio federal para [descrever sucintamente a motivação da necessidade do reconhecimento federal, especificando quais os benefícios federais a serem pleiteados para atendimento às vítimas de desastres, conforme disposto em legislação].**

3. Para todos os fins, e em conformidade com a legislação vigente, **declaro ciência e ratifico as informações contidas nos documentos e formulários eletrônicos contidos no Protocolo S2iD supracitado.**

4. [Retirar esse item caso o pedido não seja de Reconsideração.] Considerando o art. 14 da Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, solicita-se a reconsideração do indeferimento do pedido de reconhecimento federal nº [número do processo], vinculado ao protocolo nº [número do protocolo], [da Situação de Emergência declarada ou do Estado de Calamidade Pública declarado] pelo [Estado ou Município] [inserir o nome do ente federado]. Destaca-se observância ao prazo de até 10 (dez) dias do recebimento da notificação oficial de indeferimento. E fundamenta-se esse recurso na apresentação de novos documentos

comprobatórios, ou seja, [citar o(s) novo(s) documento(s) que o ente deseja apresentar. **[Em se tratando de pedido de reconsideração, retirar os itens de 1 a 3 e deixar apenas o texto do atual (item 4)].**

Atenciosamente,

[Nome e assinatura]

Prefeito Municipal ou Coordenador Municipal de
Proteção e Defesa Civil

Se pleito estadual:

[Nome e assinatura]

Governador ou Coordenador Estadual de Proteção e
Defesa Civil

Fim do documento ■

Modelo de Ofício de Requerimento de Reconhecimento Estadual

[timbre]
[órgão proponente]
[endereço com CEP]
[números de telefone/fax e e-mail]

Ofício nº [00/ano/sigla da área/órgão]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Ao Senhor

[Nome do Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil]

Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil

Rua Tenente Mario Francisco Brito, nº 100, Enseada do Suá

CEP: 29.050-555 – Vitória/ES

Assunto: **Solicitação de Reconhecimento Estadual.**

Senhor Coordenador Estadual,

1. [Introdução], com fulcro no Decreto nº 5696-R, de 06 de maio de 2024, do Governo do Estado do Espírito Santo, participo a ocorrência de

situação de anormalidade por desastre, registrada no sistema S2iD, em resumo:

UF:	Município:
Desastre: [classificação conforme decretação e FIDE]	Data do desastre: [00/00/0000]
Decreto [nº e data]	Publicação do decreto: [Diário Oficial Municipal/Estadual nº e data]
Situação de Anormalidade: [situação de emergência ou estado de calamidade pública]	Protocolo S2iD: [UF-F-0000000-00000-00000000]

2. Tendo em vista as informações apresentadas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) e demais documentos enviados por meio do protocolo S2iD supracitado, **solicita-se o reconhecimento Estadual da situação de anormalidade decretada devido à necessidade de apoio estadual para [descrever sucintamente os benefícios estaduais a serem pleiteados e motivadores da necessidade do reconhecimento estadual].**

3. Para todos os fins, e em conformidade com a legislação vigente, **declaro ciência e ratifico as informações contidas nos documentos e formulários eletrônicos contidos no Protocolo S2iD supracitado.**

Atenciosamente,

[Nome e assinatura]

Prefeito Municipal

Modelo de Decreto

ESTADO DE [NOME DO ESTADO]
PREFEITURA MUNICIPAL DE [NOME DO MUNICÍPIO].

DECRETO Nº [número do decreto], de [dia] de [mês] de [ano].

Declara [situação de emergência ou estado de calamidade pública] nas áreas do Município afetadas por [nome do desastre – numeração COBRADE], conforme legislação aplicada ao tema.

O (A) Senhor (a) [Nome do (a) prefeito (a)], Prefeito (a) do Município de [Nome do município], localizado no estado de (o) [Nome do Estado], no uso de suas atribuições legais, conferidas pela [Inserir o nº da Lei Orgânica Municipal] e pela lei federal que disciplina a declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública no âmbito do SINPDEC, e:

CONSIDERANDO:

I – Que [inserir descrição dos fatos contendo o fenômeno que causou o desastre, a data e a hora em que ocorreu, sua duração e localização no território do município];

II- Que em decorrência dos seguintes danos [inserir a estimativa dos danos humanos, materiais e ambientais causados pelo fenômeno];

III – A manifestação do [inserir o nome do órgão municipal de Proteção e Defesa Civil] relatando a ocorrência deste desast

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada [situação de emergência ou estado de calamidade pública] nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como [nome do desastre – COBRADE], conforme legislação aplicada.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação [nome do órgão municipal de proteção e defesa civil], nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação [nome do órgão municipal de proteção e defesa civil].

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Em caso de utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema, com a observância de suas condições e consequências.

Art. 6º. Com fundamento na Lei 14.133/2021, sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a recontração de empresas e a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por [inserir período de validade do decreto] dias.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do (a) Prefeito (a), aos [Inserir o dia] dias do mês de [Inserir o mês] de [Inserir o ano].

Modelo de Parecer Técnico

GOVERNO DO ESTADO [nome] OU PREFEITURA MUNICIPAL [nome]

[Órgão de Proteção e Defesa Civil]

[Endereço com CEP]

[Números de telefone e e-mail]

PARECER TÉCNICO Nº. [000/ANO]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assunto: [Decretação ou reconhecimento estadual] de situação de anormalidade

I. INFORMAÇÕES GERAIS

O presente parecer versa sobre o desastre e situação de anormalidade abaixo resumida.

A. INFORMAÇÕES GERAIS			
UF:	Município(s):		
CÓDIGO COBRADE:	TIPO:	DATA:	HORA:
CAUSAS E RECORRÊNCIA:			
Decreto [n. e data]	Publicação: [Diário Oficial Municipal/Estadual n. e data]		
Situação de Anormalidade: [SE/ECP]	Desastre Nível [I, II ou III]		
Protocolo de Registro no S2ID: [UF-F-0000000-00000-00000000]			

II. EFEITOS DO DESASTRE

Em decorrência do levantamento de danos e prejuízos, seguem as principais informações dos efeitos **diretos** do desastre em tela.

B. DANOS HUMANOS: [Breve descrição quali quantitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]
C. DANOS MATERIAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

D. DANOS AMBIENTAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos danos, conforme a tipologia descrita do FIDE, relacionando-os aos respectivos prejuízos]

III. AÇÕES DE RESPOSTA REALIZADAS

Com base no Plano de Contingência para o desastre em tela, as seguintes ações emergenciais foram executadas.

E. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos recursos, conforme as informações gerais da atuação emergencial descrita no FIDE, relacionando-os aos recursos financeiros envolvidos]

F. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:

[Breve descrição quali quantitativa dos recursos, conforme as informações gerais da atuação emergencial descrita no FIDE, relacionando-os aos recursos financeiros envolvidos]

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se a apresentação geral das informações do desastre e atuação emergencial decorrente, e constata-se que os requisitos estabelecidos, nas normas vigentes para a decretação de situação de anormalidade, foram **cumpridos**.Desta forma, **fundamenta-se a situação de anormalidade decretada**.

É o parecer.

[Local], [dia] de [mês] de [ano.]

[Assinatura]

[Nome]

[Coordenador (Estadual/Municipal) de Proteção e Defesa Civil]

RECONHECIMENTO FEDERAL / ESTADUAL

O reconhecimento é obrigatório?

Não, depende de análise processual

CRITÉRIOS ESTADUAIS ESPECÍFICOS

Art. 30. Caberá à **CEPDEC** a análise do processo de solicitação de reconhecimento estadual da situação anormal enviada pelo Município, com posterior emissão de **parecer** e remessa ao Governo do Estado em caso de **parecer favorável**.

Art. 31. Para a obtenção de **parecer favorável** é necessário que as informações constantes no processo **demonstrem os danos e prejuízos decorrentes do desastre**.

BENEFÍCIOS DO RECONHECIMENTO FEDERAL

- ✓ Transferência Obrigatória;
- ✓ Garantia Safra;
- ✓ Operação Carro Pipa;
- ✓ Prioridade no Programa Água Para Todos;
- ✓ Bolsa Estiagem;
- ✓ Linha de Crédito por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste;
- ✓ Programa BNDES Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais - BNDES PER;
- ✓ Antecipação de benefícios da Previdência Social;
- ✓ Liberação de FGTS;
- ✓ Redução da alíquota do Imposto sobre Propriedade Rural – ITR;
- ✓ Prorrogação dos financiamentos rurais com subsídios.

BENEFÍCIOS DO RECONHECIMENTO ESTADUAL

- ✓ Transferência Obrigatória (FUNPDEC);
- ✓ Cartão Reconstrução (SETADES);
- ✓ Linhas de Crédito para Empréstimos/Financiamentos.

Observações

Todo o processo de reconhecimento Estadual e Federal é realizado por meio do **Sistema S2iD**;

O ato formal de **reconhecimento estadual** é a publicação do decreto estadual de reconhecimento emitido pelo Governo do Estado no diário oficial do estado;

O ato formal de **reconhecimento federal** é a publicação da portaria de reconhecimento emitida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - MIDR no diário oficial da união.

DECRETAÇÃO E RECONHECIMENTO DE SITUAÇÃO ANORMAL

DÚVIDAS



Art. 25 do Decreto 5696-R. O órgão municipal de proteção e defesa civil, em caso de dúvida na elaboração do processo de situação anormal, poderá solicitar o assessoramento da REPDEC da sua região.

The background features a dark blue map of Brazil with a glowing white outline. Overlaid on the map is a complex network of thin white lines connecting various points, some of which are highlighted with small blue dots. The overall aesthetic is technological and data-oriented.

SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES

S2iD

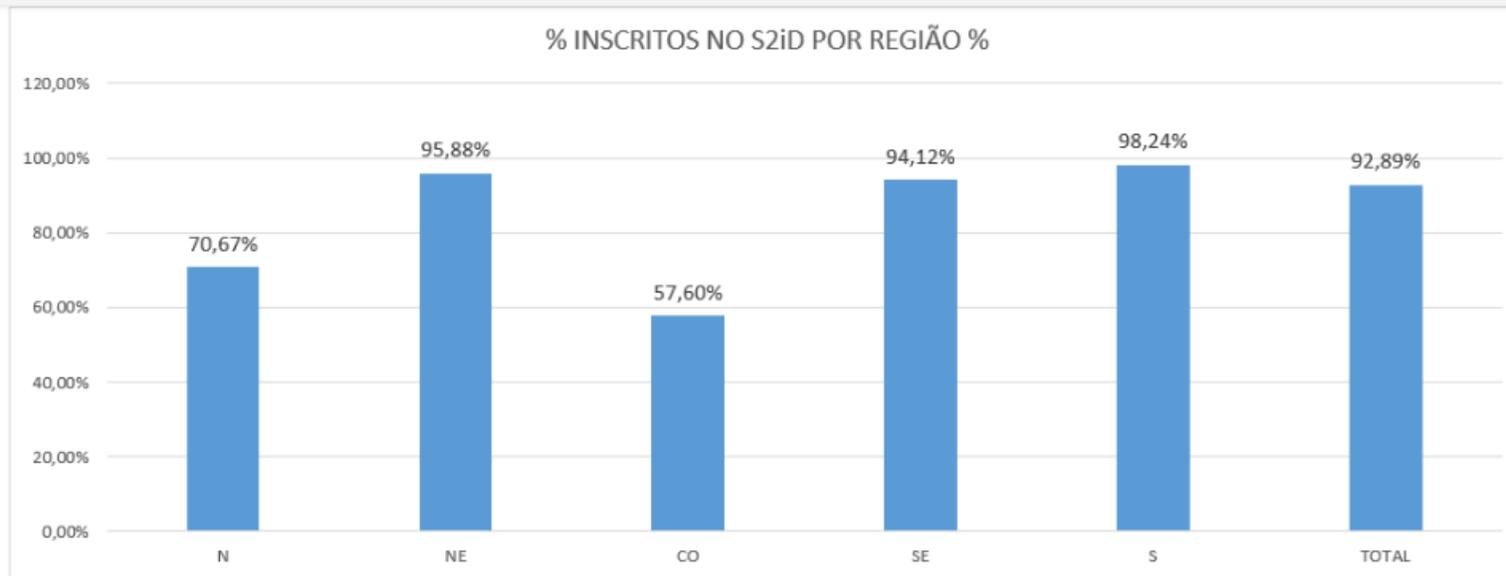
S2ID

Plataforma do Sistema Nacional e Proteção e Defesa Civil que integra diversos produtos da SEDEC, com o objetivo de qualificar e dar transparência à gestão de riscos e desastres no Brasil, por meio da informatização de processos e disponibilização de informações sistematizadas.

No S2iD é possível solicitar recursos do governo federal para ações de resposta e de recuperação, registrar desastres e solicitar reconhecimento federal e estadual.

O sistema conta hoje com mais de 25.004 usuários, distribuídos em 5.174 municípios do país.

O S2iD em números



Fonte: Sistema de Informações sobre Desastres (S2iD) da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Atualização: 03/06/2024



Fonte: Sistema de Informações sobre Desastres (S2iD) da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Atualização: 02/05/2024

CONCEITOS BÁSICOS

DANO: resultado dos impactos diretos causados pelo evento adverso, caracterizado pela deterioração das condições de normalidade nas dimensões humana, material ou ambiental;

PREJUÍZO: medida de perda relacionada com o valor econômico, social e patrimonial de um determinado bem, em circunstâncias de desastre;

RECURSOS: conjunto de bens materiais, humanos, institucionais e financeiros utilizáveis em caso de desastre e necessários para o restabelecimento da normalidade.

CONCEITOS BÁSICOS

FIDE: Formulário de Informações do Desastre, é o primeiro documento a ser preenchido, pois é requisito para acessar os demais formulários do sistema.

No FIDE as informações prestadas deverão ser dos danos e prejuízos.

DMATE: Declaração Municipal de Atuação Emergencial, onde deverá conter as ações de resposta realizadas pelo município.

PÁGINA PRINCIPAL DO S2ID

S2iD Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

Usuário: Senha: Entrar

[Não possui cadastro](#) [Esqueci a senha](#)

REALIZANDO O REGISTRO - OFÍCIO

APÓS ANEXAR O OFÍCIO, PREENCHER A IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO NO SISTEMA E ENVIAR PARA A SEDEC APERTANDO O BOTÃO **SOLICITAR CADASTRO**.

Novo cadastro

Anexar ofício de Solicitação de Cadastro devidamente preenchido e assinado.

Modelo de ofício

Choose File No file chosen

Formato permitido: pdf

Cancelar **Anexar Arquivo**

Modelo-de-ofício-municipal—Cadastramento-S2ID

PREFEITURA-MUNICIPAL [Inserir o nome do Município]

[Inserir endereço com CEP]
[Inserir números de telefone e e-mail]

Ofício nº. [Inserir o número do ofício]

[Inserir local], [Inserir dia] de [Inserir mês] de [Inserir ano]

Ao Senhor
[Inserir o nome do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil]
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar — Brasília-DF
CEP: 70067-901
Telefone: (61) 2034-5869

Assunto: Portaria nº 526, de 06 de setembro de 2012, referente ao cadastramento de usuários no S2ID.

Senhor Secretário Nacional,

- Por meio da Portaria nº 526, de 06 de setembro de 2012, foi estabelecido que as solicitações de reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública serão feitas por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID.
- Com base no Art. 6º, a legitimidade do acesso ao S2ID deverá ser garantida por meio do cadastramento individual dos usuários no Sistema.
- Assim, cumprindo o que se pede no §1º, do Art. 6º, informo abaixo os dados do(s) seguinte(s) servidor(s) responsável(is) pela inserção de informações no Sistema referente a este município:

Nome completo: []
CPF: []
E-mail: (para cada usuário a ser cadastrado, usar um e-mail individual) []
Telefone institucional: []
Nº de celular: []
Nome do Órgão de Defesa Civil: []
Endereço do Órgão de Defesa Civil: []

Nome completo: []
CPF: []
E-mail: (para cada usuário a ser cadastrado, usar um e-mail individual) []
Telefone institucional: []
Nº de celular: []
Nome do Órgão de Defesa Civil: []
Endereço do Órgão de Defesa Civil: []

Atenciosamente,

[Inserir o nome do Prefeito (a) ou o nome do Coordenador (a) Municipal de Proteção e Defesa Civil]
Prefeito (a) Municipal / Coordenador (a) Municipal de Proteção e Defesa Civil

SOLICITAR CADASTRO S2ID

OBS: Caso seu cadastro não seja realizado em dois dias úteis, entre em contato com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) pelo telefone: (61) 2034-4627.

Tipo de Usuário

Tipo:

- Usuário do Município
 Usuário do Estado

Identificação do usuário

*Nome: Data de nascimento:

Sexo: Masculino Feminino *CPF: Telefone: Celular:

*E-mail: E-mail secundário:

*UF: Selezione *Município: Selezione Bairro: CEP:

Endereço:

Grau de escolaridade: Selezione Cargo: Selezione um cargo

Informações sobre capacidade gerencial do Município

- Foi efetuado o mapeamento das áreas de risco neste Município? Sim Não
- Existe plano de contingência? Sim Não
- Foram realizados simulados de evacuação da população nas áreas de risco do município? Sim Não

*Confirmar e-mail do usuário: *Senha: *Confirmar senha:

*Campos obrigatórios

[Solicitar cadastro](#)

Identificação do usuário

*Nome:	<input type="text"/>	Data de nascimento:	<input type="text"/>
Sexo:	<input checked="" type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Feminino	*CPF:	<input type="text"/>
		Telefone:	<input type="text"/>
		Celular:	<input type="text"/>
*E-mail:	<input type="text"/>	E-mail secundário:	<input type="text"/>
*UF:	<input type="text"/>	*Município:	<input type="text"/>
ES	Vitória	Bairro:	<input type="text"/>
		CEP:	<input type="text"/>
Endereço:	<input type="text"/>		
Instituição:	<input type="text"/>	Cargo:	<input type="text"/>
Ensino Superior Completo		Bombeiro Militar / Agente de Proteção e Defesa Civil	
<input type="button" value="Criar cargo"/>			

Informações do Governo do Estado

Pessoa Jurídica:		
<input type="text"/>		
Governo do Estado de ESPÍRITO SANTO		
*CNPJ:	Código do município:	SIAPF:
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
27.080.530/0001-43	3205309	0
*Nome do Governador ou Responsável:	*CPF:	**Data de nascimento:
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
E-mail:	Telefone:	Celular:
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Endereço:	Bairro:	CEP:
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes	Bento Ferreira	

*Campos obrigatórios

MÓDULOS

S2iD Sistema Integrado de
Informações sobre Desastres

Início Acessibilidade A+ Aumentar Fonte A Tamanho Normal A- Diminuir Fonte Alto Contraste

Menu de opções

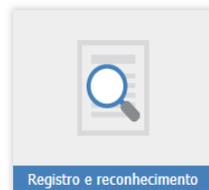
Geocimar Martins de Castro | Alterar cadastro | Sair

Obras de prevenção



Obras de Prevenção

Reconhecimento federal



Registro e reconhecimento

Ações de resposta



Solicitação de recursos

Ações de reconstrução



Solicitação de recursos

Plano de contingência



Criação / edição

Gerenciamento de desastres



Gerenc. de desastres

Consulta de registros



Análise geoespacial



Arquivo digital

Outras opções



Relatórios



SCDI



Manual do usuário



Legislação

NOVO REGISTRO

O S2ID possibilita aos municípios registrarem todas as ocorrências de desastres, mesmo aquelas que não foram graves o suficiente para precisar da homologação pelo estado ou do reconhecimento federal. É importante que o município registre as ocorrências, visto que o registro fornece informações essenciais para a atualização constante dos dados do S2ID, este registro poderá ser feito até 6 meses da situação anormal.

Voltar

Filtros de Busca:

Estado: **SC** Município: **Florianópolis**

Data de Ocorrência do desastre: de até *Opcional*

Selecione um status *Opcional*

Pesquisar

Protocolo	Desastre	Data de ocorrência	Status
SC-F-4205407-12300-20190701	Alagamentos	01/07/2019	Solicitação de exclusão de registro
SC-F-4205407-13214-20190701	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Ir	01/07/2019	Aguardando análise
SC-F-4205407-11321-20190701	Deslizamentos	01/07/2019	Aguardando análise
SC-F-4205407-12300-20190628	Alagamentos	28/06/2019	Aguardando análise
SC-F-4205407-13112-20190628	Ciclones - Marés de Tempestade (Ressaca)	28/06/2019	Homologado pelo estado
SC-F-4205407-14140-20190627	Baixa Umidade do Ar	27/06/2019	Em análise
SC-F-4205407-13120-20190627	Frentes Frias/Zonas de Convergência	27/06/2019	Reconhecido
SC-F-4205407-12200-20190625	Enxurradas	25/06/2019	Registro excluído
SC-F-4205407-24100-20190521	Colapso de edificações	21/05/2019	Aguardando análise
SC-F-4205407-12200-20190510	Enxurradas	10/05/2019	Registro

← → 1 2 3 4 → →

Novo Registro

DETALHAMENTO DO PROTOCOLO

[Voltar](#)
 Protocolo: SC-F-4205407-12200-20190510 Município: _____ Hierarquia: _____
 Descrição: Enxurradas Situação: _____ Registro: _____

1. FIDE 2. DNATE 3. Relatório Fotográfico 4. Anexos 5. Medição de Documentos

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

Formulário de Informações do Desastre - FIDE

1. IDENTIFICAÇÃO

UF: SC	Município: Maranduba	Código IBGE: 4205407
População (habitantes)	PIB (Anual)	Departamento (anual)
421.203		
Receita corrente líquida (mensal)		Receita corrente líquida (anual)

PROTOCOLO Nº SC-F-4205407-12200-20190510

SELECIONAR A TIPIFICAÇÃO

Eventos
 Excesso superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das águas de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.

2. TIPIFICAÇÃO

COBRADE	Denominação (Tipo ou Subtipo)
12200	Enxurradas

3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE*

Dia	Mês	Ano	Horário
10	05	2019	13:00

*Quando desastre de evolução gradual, inserir data do decreto

SC - F - 4205407 - 12200 - 20190510

↓ Estado referente ao município solicitante
 ↓ Geocódigo IBGE do município afetado
 ↓ Data informada do desastre no formato AAAAMMDD
 ↓ Tipo do documento, nesse caso F de FIDE
 ↓ Código Cobrade referente ao tipo de desastre

PREENCHIMENTO DO FIDE

1. IDENTIFICAÇÃO;
2. TIPIIFICAÇÃO;
3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE;
4. ÁREA COM POPULAÇÃO AFETADA;
5. CAUSAS E EFEITOS DO DESASTRE;
6. DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS;
7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS E PRIVADOS;
8. INSTITUIÇÃO INFORMANTE.

PREENCHIMENTO DO FIDE

Registro e Reconhecimento

Atenção às recomendações sobre o tempo para preenchimento do FIDE

Após 30 minutos de inatividade essa sessão está configurada para encerrar automaticamente, recomenda-se:

- O formulário pode ser salvo ao longo de seu preenchimento antes do envio para análise.
- Os dados preenchidos não serão salvos caso seja atingido o limite de 30 minutos de inatividade.
- Portanto, recomenda-se não aguardar até o final do preenchimento para salvar as informações.

OK

1- IDENTIFICAÇÃO

O campo "População (habitantes)" é preenchido automaticamente, de acordo com o censo demográfico realizado pelo IBGE.

Os valores econômicos podem ser preenchidos com base no ano anterior e podem ser obtidos com o órgão financeiro respectivo ao local afetado. Estas informações são importantes para o analista entender melhor a situação do município.

1. IDENTIFICAÇÃO			
UF: SC	Município: Florianópolis		Código IBGE: 4205407
População (habitantes)	PIB (Anual)	Orçamento (anual)	Arrecadação (anual)
421.203			
Receita corrente líquida (mensal)		Receita corrente líquida (anual)	

2. TIPIFICAÇÃO

A tipificação adotada para desastres é a **Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)**, dividida em desastres naturais e desastres tecnológicos.

SELECIONAR A TIPIFICAÇÃO

Selecione o tipo de COBRADE*

2. TIPIFICAÇÃO

COBRADE	Denominação(Tipo ou Subtipo)

CATEGORIAS COBRADE

A COBRADE POSSUI DUAS CATEGORIAS DE DESASTRES

1. NATURAL



Geológicos



Hidrológicos



Meteorológicos



Climatológicos



Biológicos

2. TECNOLÓGICO



Substâncias
radioativas



Produtos
perigosos



Incêndios
urbanos



Obras
civis



Transporte
de passageiros
e cargas não
perigosas

3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE

Para desastres súbitos, a data de ocorrência corresponde à data do evento que resultou o desastre, enquanto para desastres graduais a data de ocorrência coincide com a data da decretação estadual ou municipal.

3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE*			
Dia	Mês	Ano	Horário
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

*Quando desastre de evolução gradual, inserir data do decreto

TIPIFICAÇÃO E DATA

A tipificação e data da ocorrência, são os únicos campos que não podem ser alterados após serem salvos. Isso ocorre pelo fato de que esses dados compõem o identificador do protocolo que é gerado ao salvar o formulário.

PROTOCOLO Nº ES-F-3203403-13213-20210331

SELECIONAR A TIPIFICAÇÃO

Tempestade Local/Convectiva - Granizo
Precipitação de pedaços irregulares de gelo.

2. TIPIFICAÇÃO		3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE*			
COBRADE	Denominação(Tipo ou Subtipo)	Dia	Mês	Ano	Horário
13213	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	31	03	2021	00:01

*Quando desastre de evolução gradual, inserir data do decreto

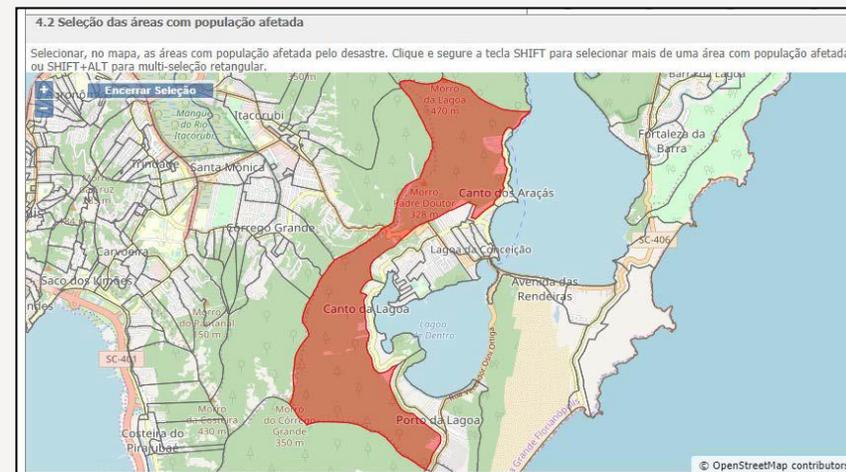
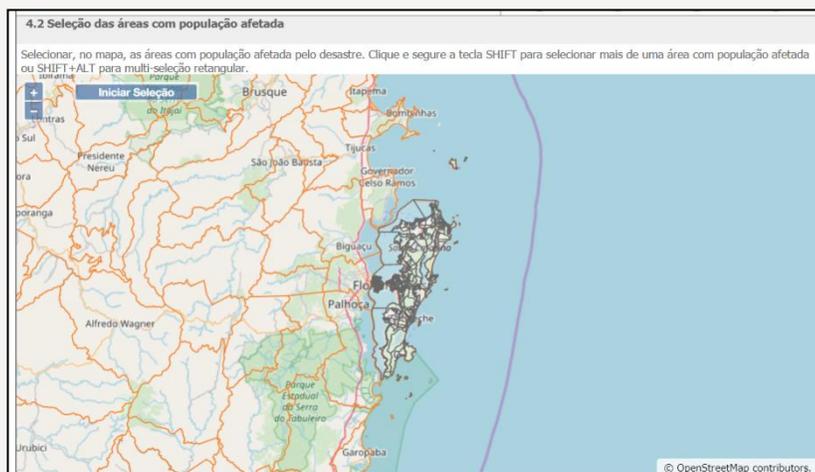
4.1 ÁREA COM POPULAÇÃO AFETADA

Este preenchimento destina-se a demonstrar as regiões afetadas pelo desastre, com objetivo de criar uma relação entre as áreas e seu tipo de ocupação.

4. ÁREA COM POPULAÇÃO AFETADA				
4.1 Área com população afetada/Tipo de ocupação	Não existe/ Não afetada	Urbana	Rural	Urbana e rural
Residencial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comercial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Industrial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Agrícola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pecuária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Extrativismo vegetal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reserva florestal ou APA	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mineração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Turismo e outras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.2 SELEÇÃO DAS ÁREAS COM POPULAÇÃO AFETADA

Você deve selecionar as áreas que possuam população afetada pelo desastre, a quantidade máxima permitida para seleção é de 235 setores



Registro e Reconhecimento

Para prosseguir com o cadastro/alteração do FIDE, o botão **"Encerrar Seleção"** deve ser pressionado após os setores afetados terem sido selecionados. A quantidade máxima permitida para seleção é de **235** setores.

OK

4.3 DESCRIÇÃO DAS ÁREAS/POPULAÇÃO AFETADA

O objetivo dessa seção é fornecer mais detalhes sobre a seleção realizada no mapa, como nomes de regiões, bairros e ruas.

Uma utilização deste detalhamento seria na avaliação da movimentação da conta **vinculada do trabalhador o FGTS** para aqueles residentes nas áreas atingidas pelo desastre.

4.3 Descrição das áreas com população afetada

Citar as áreas com população afetada pelo desastre conforme selecionadas no mapa, especificando se urbana ou rural.

Nome dos bairros, comunidades, povoados, distritos e outras áreas com população afetada selecionadas no mapa. Incluir outros detalhamentos, caso necessário.

Caracteres restantes: 4000

5. CAUSAS E EFEITOS DO DESASTRE

Nesta seção é necessário descrever especificamente o evento adverso que provocou o desastre, tanto sua magnitude quanto suas consequências, e informar suas características (tempo de duração, os milímetros de chuva, a velocidade do vento, o nível do rio, o período de estiagem, etc.).

5. CAUSAS E EFEITOS DO DESASTRE

Descrever o evento adverso que causou o desastre e as características que demonstraram sua magnitude.

Duração do evento adverso, características conforme o tipo de desastre (milímetros de chuva, velocidade do vento, nível do rio, nível de poços, período de estiagem, etc).

Caracteres restantes: 4000

6. DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS

6. DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS			
6.1 DANOS HUMANOS Informar a quantidade de mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados, desaparecidos e outras pessoas que foram diretamente afetadas pelo desastre, desde que necessitem de auxílio do poder público ou cujos bens materiais tenham sido danificados/destruídos.	Discriminação		Quantidade
	Mortos	Pessoas que perderam suas vidas em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0
	Feridos	Pessoas que sofreram lesões em decorrência direta dos efeitos do desastre e necessitam de intervenção médico-hospitalar, materiais e insumos de saúde (medicamentos, médicos, etc.).	0
	Enfermos	Pessoas que desenvolveram processos patológicos em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0
	Desabrigados	Pessoas que necessitam de abrigo público, como habitação temporária, em função de danos ou ameaça de danos causados em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0
	Desalojados	Pessoas que, em decorrência dos efeitos diretos do desastre, desocuparam seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público.	0
	Desaparecidos	Pessoas que necessitam ser encontradas, pois, em decorrência direta dos efeitos do desastre, estão em situação de risco de morte iminente e em locais inseguros/perigosos.	0
	Outros afetados	Pessoas afetadas diretamente pelo desastre (excetuando as já informadas acima)	0
TOTAL DE AFETADOS		0	

6.1.1 Descrição
Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos humanos citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre.
Ex: Local, efeito do desastre, entre outros.

Caracteres restantes: 4000

6.2 DANOS MATERIAIS Informar a quantidade de instalações de ensino, saúde, uso comercial ou comunitário, unidades habitacionais ou de obras de infraestrutura danificadas ou destruídas pelo desastre.	Discriminação	Quantidades danificadas	Quantidades destruídas	Valor (R\$)
	Unidades habitacionais	0	0	0,00
	Instalações públicas de saúde	0	0	0,00
	Instalações públicas de ensino	0	0	0,00
	Instalações públicas prestadoras de outros serviços	0	0	0,00
	Instalações públicas de uso comunitário	0	0	0,00
	Obras de infraestrutura pública	0	0	0,00

6.2.1 Descrição
Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos materiais citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre.
Ex: Nome da instituição danificada e/ou danificada, sua localidade e respectivos bens materiais que foram danificados, etc.

Caracteres restantes: 4000

6.3 DANOS AMBIENTAIS Informar as alterações ocorridas no meio ambiente que comprometeram a qualidade ambiental em decorrência direta dos efeitos do desastre.	Discriminação	Sim	Não	População do município atingida
	Poluição ou contaminação da água	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione
	Poluição ou contaminação do ar	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione
	Poluição ou contaminação do solo	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione
	Diminuição ou exaurimento hídrico	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione
		Sim	Não	Área atingida
Incêndios em parques, APA's ou APP's	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione	

6.3.1 Descrição
Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos ambientais citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre.
Ex: Local, efeito do desastre, entre outros.

Caracteres restantes: 4000

6. 1 DESCRIÇÃO

Ao preencher o campo “Quantidade” ao final de cada linha, o sistema automaticamente realiza o somatório, indicando o número total de afetados.

No campo “Outros afetados” pode ser utilizado no caso de existirem pessoas que não se enquadram exatamente nas outras categorias, mas que foram afetadas diretamente pelo evento.

6. DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS			
6.1 DANOS HUMANOS Informar a quantidade de mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados, desaparecidos e outras pessoas que foram diretamente afetadas pelo desastre, desde que necessitem de auxílio do poder público ou cujos bens materiais tenham sido danificados/destruídos.	Discriminação		Quantidade
	Mortos	Pessoas que perderam suas vidas em decorrência direta dos efeitos do desastre.	<input type="text" value="0"/>
	Feridos	Pessoas que sofreram lesões em decorrência direta dos efeitos do desastre e necessitam de intervenção médico-hospitalar, materiais e insumos de saúde (medicamentos, médicos, etc.).	<input type="text" value="0"/>
	Enfermos	Pessoas que desenvolveram processos patológicos em decorrência direta dos efeitos do desastre.	<input type="text" value="0"/>
	Desabrigados	Pessoas que necessitam de abrigo público, como habitação temporária, em função de danos ou ameaça de danos causados em decorrência direta dos efeitos do desastre.	<input type="text" value="0"/>
	Desalojados	Pessoas que, em decorrência dos efeitos diretos do desastre, desocuparam seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público.	<input type="text" value="0"/>
	Desaparecidos	Pessoas que necessitam ser encontradas, pois, em decorrência direta dos efeitos do desastre, estão em situação de risco de morte iminente e em locais inseguros/perigosos.	<input type="text" value="0"/>
	Outros afetados	Pessoas afetadas diretamente pelo desastre (excetuando as já informadas acima)	<input type="text" value="0"/>
	TOTAL DE AFETADOS		0

6.1.1 DANOS HUMANOS

Caso seja indicada a existência de afetados, o campo "6.1.1 Descrição", torna-se obrigatório, para que se especifique e adicione outras informações relativas aos tipos de danos humanos quantificados anteriormente.

6.1.1 Descrição

Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos humanos citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre.

Ex: Local, efeito do desastre, entre outros.

Caracteres restantes: 4000

6.2 DANOS MATERIAIS

Nesta seção deve ser informado a quantidade de unidades habitacionais, obras de infraestrutura pública e instalações públicas (de saúde, ensino, prestadoras de outros serviços e de uso comunitário) que foram danificadas ou destruídas pelo desastre.(relatórios que embasaram as informações)

6.2 DANOS MATERIAIS Informar a quantidade de instalações de ensino, saúde, uso comercial ou comunitário, unidades habitacionais ou de obras de infraestrutura danificadas ou destruídas pelo desastre.	Discriminação	Quantidades danificadas	Quantidades destruídas	Valor (R\$)
	Unidades habitacionais	0	0	0,00
	Instalações públicas de saúde	0	0	0,00
	Instalações públicas de ensino	0	0	0,00
	Instalações públicas prestadoras de outros serviços	0	0	0,00
	Instalações públicas de uso comunitário	0	0	0,00
	Obras de infraestrutura pública	0	0	0,00

6.2.1 DANOS MATERIAIS

Caso você preencha qualquer uma das linhas com quantidades e/ou valor, o campo **6.2.1 Descrição** passa a ser obrigatório.

Assim, é importante detalhar estas para facilitar o entendimento dos analistas que irão avaliar a solicitação

6.2.1 Descrição

Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos materiais citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre.

Ex: Nome da instituição danificado e/ou danificada, sua localidade e respectivos bens materiais que foram danificados, etc.

Caracteres restantes: 4000

6.2.1 DANOS AMBIENTAIS

Em caso de resposta positiva, você precisa preencher também a coluna seguinte, informando a proporção do dano.

6.3 DANOS AMBIENTAIS Informar as alterações ocorridas no meio ambiente que comprometeram a qualidade ambiental em decorrência direta dos efeitos do desastre.	Discriminação	Sim	Não	População do município atingida
		<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	Selecione
Poluição ou contaminação da água	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione	
Poluição ou contaminação do ar	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	DE 0% A 5% DA POPULAÇÃO AFETADA	
Poluição ou contaminação do solo	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	DE 5% A 10% DA POPULAÇÃO AFETADA	
Diminuição ou exaurimento hídrico	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	DE 10% A 20% DA POPULAÇÃO AFETADA	
		<input checked="" type="radio"/>	MAIS DE 20% DA POPULAÇÃO AFETADA	
Incêndios em parques, APA's ou APP's	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione	

6.3.1 Descrição
Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos ambientais citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre.
Ex: Local, efeito do desastre, entre outros.

Caracteres restantes: 4000

6.3 DANOS AMBIENTAIS Informar as alterações ocorridas no meio ambiente que comprometeram a qualidade ambiental em decorrência direta dos efeitos do desastre.	Discriminação	Sim	Não	População do município atingida
		<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	DE 0% A 5% DA POPULAÇÃO AFETADA
Poluição ou contaminação da água	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione	
Poluição ou contaminação do ar	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione	
Poluição ou contaminação do solo	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione	
Diminuição ou exaurimento hídrico	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione	
		<input checked="" type="radio"/>	Área atingida	
Incêndios em parques, APA's ou APP's	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	Selecione	

6.3.1 Descrição
Registrar informações adicionais e específicas de cada um dos danos ambientais citados acima e sua relação direta com os efeitos do desastre.
Ex: Local, efeito do desastre, entre outros.

Caracteres restantes: 4000

7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS E PRIVADOS

7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS E PRIVADOS																									
7.1 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS Informar o valor estimado de prejuízos econômicos públicos relacionados com os serviços essenciais prejudicados.	Valor total do prejuízo econômico (setor público) R\$ 0,00																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Serviço essencial prejudicado <small>Serviço essencial público prejudicado ou interrompido.</small></th> <th>Valor do prejuízo (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Abastecimento de água potável</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Sistema de desinfestação/desinfecção do habitat/controle de pragas e vetores</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Geração e distribuição de energia elétrica</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Telecomunicações</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Transportes locais, regionais e de longo curso</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Segurança pública</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Ensino</td><td>0,00</td></tr> </tbody> </table>	Serviço essencial prejudicado <small>Serviço essencial público prejudicado ou interrompido.</small>	Valor do prejuízo (R\$)	Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas	0,00	Abastecimento de água potável	0,00	Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários	0,00	Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo	0,00	Sistema de desinfestação/desinfecção do habitat/controle de pragas e vetores	0,00	Geração e distribuição de energia elétrica	0,00	Telecomunicações	0,00	Transportes locais, regionais e de longo curso	0,00	Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico	0,00	Segurança pública	0,00	Ensino	0,00	
Serviço essencial prejudicado <small>Serviço essencial público prejudicado ou interrompido.</small>	Valor do prejuízo (R\$)																								
Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas	0,00																								
Abastecimento de água potável	0,00																								
Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários	0,00																								
Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo	0,00																								
Sistema de desinfestação/desinfecção do habitat/controle de pragas e vetores	0,00																								
Geração e distribuição de energia elétrica	0,00																								
Telecomunicações	0,00																								
Transportes locais, regionais e de longo curso	0,00																								
Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico	0,00																								
Segurança pública	0,00																								
Ensino	0,00																								
7.1.1 Descrição Descrever como o efeito do desastre causou, diretamente, cada um dos prejuízos econômicos públicos citados acima. Efeitos do desastre e sua relação direta com cada um dos prejuízos informados.																									
Caracteres restantes: 4000																									
7.2 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS Valor das perdas nos setores da agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços ocorridas em decorrência direta dos efeitos do desastre.	Valor total do prejuízo econômico (setor privado) R\$ 0,00																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Setores da economia</th> <th>Valor do prejuízo (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Agricultura</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Pecuária</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Indústria</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Comércio</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>Serviços</td><td>0,00</td></tr> </tbody> </table>	Setores da economia	Valor do prejuízo (R\$)	Agricultura	0,00	Pecuária	0,00	Indústria	0,00	Comércio	0,00	Serviços	0,00													
Setores da economia	Valor do prejuízo (R\$)																								
Agricultura	0,00																								
Pecuária	0,00																								
Indústria	0,00																								
Comércio	0,00																								
Serviços	0,00																								
7.2.1 Descrição Descrever como o efeito do desastre causou, diretamente, cada um dos prejuízos econômicos privados citados acima. Efeitos do desastre e sua relação direta com cada um dos prejuízos informados.																									
Caracteres restantes: 4000																									

7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS

Os prejuízos públicos são decorrentes da interrupção ou comprometimento de algum serviço essencial (saúde, educação, segurança, etc.).

É importante lembrar que no campo valor do prejuízo seja informado apenas o valor do prejuízo relacionado ao desastre e não o valor que é necessário para, por exemplo, restabelecer ou recuperar as vias danificadas, sendo estes preenchidos na tabela de danos materiais. (relatórios que comprovem os prejuízos)

7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS E PRIVADOS	
7.1 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS	Valor total do prejuízo econômico (setor público)
Informar o valor estimado de prejuízos econômicos públicos relacionados com os serviços essenciais prejudicados.	R\$ 0,00
Serviço essencial prejudicado	Valor do prejuízo (R\$)
Serviço essencial público prejudicado ou interrompido.	
Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas	0,00
Abastecimento de água potável	0,00
Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários	0,00
Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo	0,00
Sistema de desinfestação/desinfecção do habitat/controle de pragas e vetores	0,00
Geração e distribuição de energia elétrica	0,00
Telecomunicações	0,00
Transportes locais, regionais e de longo curso	0,00
Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico	0,00
Segurança pública	0,00
Ensino	0,00

7.1.1 Descrição
 Descrever como o efeito do desastre causou, diretamente, cada um dos prejuízos econômicos públicos citados acima.
 Efeitos do desastre e sua relação direta com cada um dos prejuízos informados.

Caracteres restantes: 4000

7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS

Neste campo é preciso registrar os prejuízos econômicos, correspondentes aos setores da economia: agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços. (relatórios que comprovem os prejuízos)

7.2 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS Valor das perdas nos setores da agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços ocorridas em decorrência direta dos efeitos do desastre.		Valor total do prejuízo econômico (setor privado) R\$ 0,00
Setores da economia		Valor do prejuízo (R\$)
Agricultura		<input type="text" value="0,00"/>
Pecuária		<input type="text" value="0,00"/>
Indústria		<input type="text" value="0,00"/>
Comércio		<input type="text" value="0,00"/>
Serviços		<input type="text" value="0,00"/>
7.2.1 Descrição Descrever como o efeito do desastre causou, diretamente, cada um dos prejuízos econômicos privados citados acima. Efeitos do desastre e sua relação direta com cada um dos prejuízos informados.		
Caracteres restantes: 4000		

8. INSTITUIÇÃO INFORMANTE

A última seção do FIDE, gerada automaticamente pelo sistema, apresenta os dados institucionais do usuário responsável pelo preenchimento do FIDE, como o cargo, telefone e e-mail.

8. INSTITUIÇÃO INFORMANTE		Data do preenchimento		
Nome do responsável pelas informações: Usuário Municipal 2		Dia	Mês	Ano
Cargo:		04	10	2019
Telefone de contato:		Última alteração		
E-mail: municipio2@ceped-ufsc.com		04	10	2019
SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º andar, sala 704 CEP: 70.067-901 – Brasília/DF Contato: 0800 644 0199		 Ministério da Integração Nacional		
Salvar Registro				

OUTRAS ABAS

Logo após salvar o FIDE pela primeira vez, pode-se perceber que, além do número do protocolo ser criado, o sistema passa a disponibilizar as abas “DMATE”, “Relatório Fotográfico”, “Anexos” e “Modelos de Documentos”.

Protocolo: Município: Homologado:

Desastre: Status:

1. FIDE
2. DMATE
3. Relatório Fotográfico
4. Anexos
5. Modelos de Documentos

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

Formulário de Informações do Desastre - FIDE

1. IDENTIFICAÇÃO

UF: SC	Município: Florianópolis	Código IBGE: 4205407	
População (habitantes)	PIB (Anual)	Orçamento (anual)	Arrecadação (anual)
421.203	16.448.667.980,40	2.180.495.600,00	354.475.883.972,89
Receita corrente líquida (mensal)		Receita corrente líquida (anual)	
137.785.726,60		1.653.428.719,20	

PROTOCOLO Nº SC-F-4205407-14132-20190925

SELECIONAR A TIPIFICAÇÃO

Incêndio Florestal - Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar

Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação que não se encontre em áreas sob proteção legal, acarretando em queda da qualidade do ar.

2. TIPIFICAÇÃO		3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE*			
COBRADE	Denominação(Tipo ou Subtipo)	Dia	Mês	Ano	Horário
14132	Incêndio Florestal - Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar	25	09	2019	10:00

*Quando desastre de evolução gradual, inserir data do decreto

PREENCHIMENTO DA DMATE

1. CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA;
2. INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O DESASTRE;
3. INFORMAÇÕES SOBRE A CAPACIDADE GERENCIAL DO MUNICÍPIO;
4. MEDIDAS E AÇÕES EM CURSO;
5. INSTITUIÇÃO INFORMANTE.

1. CARACTERIZAÇÃO DE SE OU ECP

A DMATE é um formulário desenvolvido com o intuito de coletar informações específicas que possam relacionar o desastre ocorrido no município com a capacidade municipal de resposta e ações empregadas no âmbito local, considerando as características regionais.

1. FIDE
2. DMATE
3. Relatório Fotográfico
4. Anexos
5. Modelos de Documentos

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

Declaração Municipal de Atuação Emergencial - DMATE

UF: SC	MUNICÍPIO: Florianópolis	SIMBOLOGIA:
DESASTRE: Incêndio Florestal - Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar		
DATA DA OCORRÊNCIA: 25/09/2019		

1. CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA	Sim	Não
A magnitude do evento superou a capacidade de gestão do desastre pelo poder público municipal?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os danos e prejuízos comprometeram a capacidade de resposta do poder público municipal?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os prejuízos econômicos foram causados por esse desastre?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os prejuízos econômicos públicos desse desastre foram separados dos privados?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informe, resumidamente, esses danos e prejuízos:		
Utilize este campo para detalhar os danos, informando, por exemplo: número de edificações atingidas; valor dos prejuízos para o município; dano a obras públicas; qual foi a população atingida. Essas informações são necessárias para caracterizar o Desastre e resumir os danos informados no FIDE.		

2. INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O DESASTRE

A segunda seção busca trazer mais informações sobre o tipo de desastre, por meio de um breve relato do seu histórico, informando se já aconteceram ocorrências anteriores relacionadas ao mesmo evento e se existem ações de prevenção.

2. INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O DESASTRE		
2.1 HISTÓRICO DE DESASTRE	Sim	Não
Esse tipo de evento já ocorreu anteriormente?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esse tipo de evento ocorre anual e repetidamente?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se este tipo de desastre ocorre repetida e/ou anualmente cite as ações preventivas já desenvolvidas pelo município e explique porque ainda exige ação emergencial		
<input type="text" value="Utilize este campo para informar falta de ações preventivas como, por exemplo: obras de drenagem, de contenção de encostas, etc."/>		

3. INFORMAÇÕES DA CAPACIDADE GERENCIAL

A terceira seção tem como foco as características do município, que envolvem um conjunto de questões referentes à capacidade gerencial, especificamente sobre o planejamento estratégico/tático/operacional do ente afetado.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A CAPACIDADE GERENCIAL DO MUNICÍPIO		
3.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/TÁTICO/OPERACIONAL MUNICIPAL	Sim	Não
Já foi efetuado o mapeamento das áreas de risco no município?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O município possui órgão de defesa civil?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe plano de contingência para o tipo de desastre ocorrido?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esse desastre foi previsto e tem recurso orçamentário na LOA atual?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe um programa/projeto para enfrentamento desse problema com inclusão no PPA?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Foram realizados simulados com a população nas áreas de risco do município?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Órgãos e instituições estaduais apoiam a defesa civil municipal?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informe as dificuldades do município para a gestão do desastre :		
<p>Utilize este campo para detalhar dificuldades como, por exemplo: falta de pessoal, de material, falta de apoio dos demais órgãos da prefeitura, falta de capacitação dos membros do órgão municipal de Defesa Civil, etc.</p>		

4. MEDIDAS E AÇÕES EM CURSO

Na seção 4 da DMATE há três subitens que dizem respeito às medidas e ações de socorro, assistência e reabilitação do cenário adotadas pelo município:

- 4.1 Mobilização e emprego de recursos humanos e institucionais;
- 4.2 Mobilização e emprego de recursos materiais;
- 4.3 Mobilização e emprego de recursos financeiros.

4. MEDIDAS E AÇÕES EM CURSO			
Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotado pelo município.			
4.1 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS			
PESSOAL/EQUIPES EMPREGADAS	Sim	Não	Quantidade
Ajuda humanitária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Apoio à saúde e saúde pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Assistência médica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Avaliação de danos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Busca, resgate e salvamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Promoção, assistência e comunicação social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Reabilitação de cenários (obras públicas e serviços gerais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Segurança pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Descrever outros e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados.			
Utilize este campo para detalhar a fonte dos recursos materiais (doação; empréstimo de outros órgãos; equipamento próprio da prefeitura, etc.). Detalhe também a quantidade de cada recurso utilizado e a quantidade ainda necessária para as operações.			
4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS			
MATERIAL/EQUIPAMENTO EMPREGADO	Sim	Não	Quantidade
Água potável/Alimentos/Medicamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Equipamentos e máquinas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Helicópteros, barcos, veículos, ambulâncias, outros meios de transporte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Material de limpeza, desinfecção, desinfestação e controle de pragas e vetores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Material de uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados, etc)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Descrever e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados.			
Utilize este campo para detalhar a fonte dos recursos materiais (doação; empréstimo de outros órgãos; equipamento próprio da prefeitura, etc.). Detalhe também a quantidade de cada recurso utilizado e a quantidade ainda necessária para as operações.			
4.3 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS			
VALOR FINANCEIRO EMPREGADO	Sim	Não	Valor (R\$)
Oriundos de fonte orçamentária municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Oriundos de fonte extra orçamentária municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Oriundos de doações: pessoas físicas, pessoas jurídicas, ONGs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Oriundos de outras fontes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Descrever e/ou detalhar			
Utilize este campo para detalhar se os recursos são suficientes e se há necessidade de complementação pelo Governo Federal ou Governo Estadual. Indique os valores complementares necessários.			

4.1 RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS

A primeira parte dessa seção contém uma relação de recursos humanos e institucionais que podem ser empregados durante um desastre. Caso algum recurso humano ou institucional tenha sido mobilizado, deve-se, obrigatoriamente, detalhar estes dados no campo de texto.

4. MEDIDAS E AÇÕES EM CURSO			
Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotado pelo município.			
4.1 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS HUMANOS E INSTITUCIONAIS			
PESSOAL/EQUIPES EMPREGADAS	Sim	Não	Quantidade
Ajuda humanitária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Apoio à saúde e saúde pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Assistência médica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Avaliação de danos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Busca, resgate e salvamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Promoção, assistência e comunicação social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Reabilitação de cenários (obras públicas e serviços gerais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Segurança pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Descrever outros e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados.			
Utilize este campo para detalhar a fonte dos recursos materiais (doação; empréstimo de outros órgãos; equipamento próprio da prefeitura, etc.). Detalhe também a quantidade de cada recurso utilizado e a quantidade ainda necessária para as operações.			

4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS

A segunda parte deverá ser relatado quais foram os recursos materiais empregados. Para todas as respostas positivas, você deve informar também a quantidade alocada e detalhar no campo de texto.

4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS			
MATERIAL/EQUIPAMENTO EMPREGADO	Sim	Não	Quantidade
Água potável/Alimentos/Medicamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Equipamentos e máquinas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Helicópteros, barcos, veículos, ambulâncias, outros meios de transporte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Material de limpeza, desinfecção, desinfestação e controle de pragas e vetores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Material de uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados, etc)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Descrever e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados.			
<p>Utilize este campo para detalhar a fonte dos recursos materiais (doação; empréstimo de outros órgãos; equipamento próprio da prefeitura, etc.). Detalhe também a quantidade de cada recurso utilizado e a quantidade ainda necessária para as operações.</p>			

4.3 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS

Nesta aba o foco está no emprego de recursos financeiros e suas origens, sendo necessário especificar o valor financeiro aplicado e se o recurso é oriundo do próprio orçamento municipal, de fonte extra orçamentária, de doações, de outras fontes ou, ainda, de mais de um tipo de fonte.

4.3 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS			
VALOR FINANCEIRO EMPREGADO	Sim	Não	Valor (R\$)
Oriundos de fonte orçamentária municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Oriundos de fonte extra orçamentária municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Oriundos de doações: pessoas físicas, pessoas jurídicas, ONGs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Oriundos de outras fontes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="text"/>
Descrever e/ou detalhar			
<p>Utilize este campo para detalhar se os recursos são suficientes e se há necessidade de complementação pelo Governo Federal ou Governo Estadual. Indique os valores complementares necessários.</p>			

5. INSTITUIÇÃO INFORMANTE

O último refere-se à identificação da instituição informante, que é preenchida automaticamente pelo sistema, conforme os dados gravados no cadastro do usuário.

5. INSTITUIÇÃO INFORMANTE

Nome do responsável pelas informações: Usuário Municipal 5
Cargo:
Telefone de contato:
Local e data: Florianópolis, 26 de Setembro de 2019

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º andar, sala 704
CEP: 70.067-901 – Brasília/DF
Contato: 0800 644 0199



Ministério da
Integração Nacional

Salvar DMATE

ELABORAR O RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

- 1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO
- 1.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO
- 1.3 LOCAL DA SITUAÇÃO

1. FIDE 2. DMATE 3. Relatório Fotográfico 4. Anexos 5. Modelos de Documentos

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

Relatório Fotográfico

UF: SC	MUNICÍPIO: Florianópolis	SIMBOLOGIA:
DESASTRE: Colapso de edificações	DATA DA OCORRÊNCIA: 25/08/2019	

1. SITUAÇÃO 1

1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO

Inserir Imagem Inserir Imagem

1.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

Descrever a situação retratada nas imagens acima e sua relação com o desastre.
Descreva de forma resumida o local onde foi fotografada a imagem.

Ainda restam 300 caracteres a serem digitados

1.3 LOCAL DA SITUAÇÃO

Selecionar no mapa o local onde foram registradas as imagens acima.

Longitude: 0.0 Latitude: 0.0

Para incluir mais imagens, clique no botão "adicionar".

Salvar formulário

1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO

Lembre-se que o georreferenciamento da imagem e sua descrição são utilizados como base para a análise de ações posteriores ao reconhecimento federal, como as ações de restabelecimento e reconstrução. Para cada situação é possível inserir duas imagens clicando no item Inserir Imagem.

1. FIDE 2. DMATE 3. Relatório Fotográfico 4. Anexos 5. Modelos de Documentos

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

Relatório Fotográfico

UF: SC	MUNICÍPIO: Florianópolis	SIMBOLOGIA:
DESASTRE: Incêndio Florestal - Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar	DATA DA OCORRÊNCIA: 25/09/2019	

1. SITUAÇÃO 1

1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO



Inserir Imagem



Inserir Imagem

1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO

Ao clicar no item Inserir Imagem, uma tela abrirá para que você possa escolher o arquivo da imagem no seu computador. É preciso estar atento ao tamanho da imagem, que não pode ultrapassar 5MB, conforme determina o sistema, bem como o formato permitido.

Registro e Reconhecimento

Arquivo: Nenhum ficheiro selecionado

Tamanho máximo: 5MB (5.120 KB)
Formatos permitidos: bmp, gif, jpg, jpeg, png e tiff

1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO

Caso seja necessário inserir mais do que duas imagens, é possível gerar outras situações.

1. SITUAÇÃO 1

1.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO

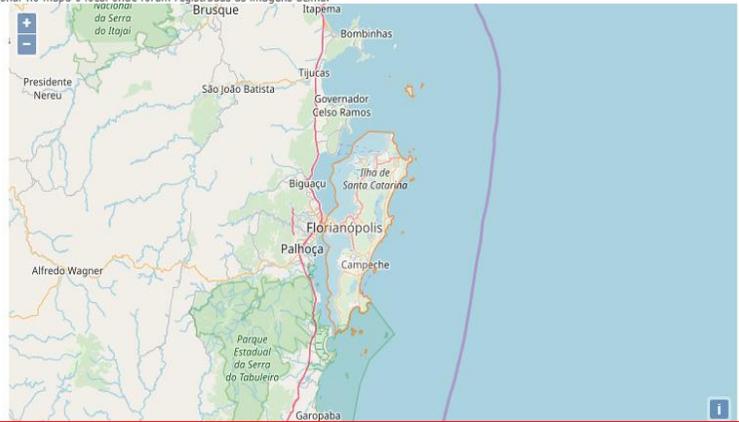
 

Inserir Imagem Inserir Imagem

1.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO
Descrever a situação retratada nas imagens acima e sua relação com o desastre.
Descreva de forma resumida o local onde foi fotografada a imagem.

Ainda restam 300 caracteres a serem digitados

1.3 LOCAL DA SITUAÇÃO
Selecionar no mapa o local onde foram registradas as imagens acima.



Longitude: Latitude:

+ Para incluir mais imagens, clique no botão "adicionar".

Salvar formulário

2. SITUAÇÃO 2

2.1 IMAGENS DA SITUAÇÃO

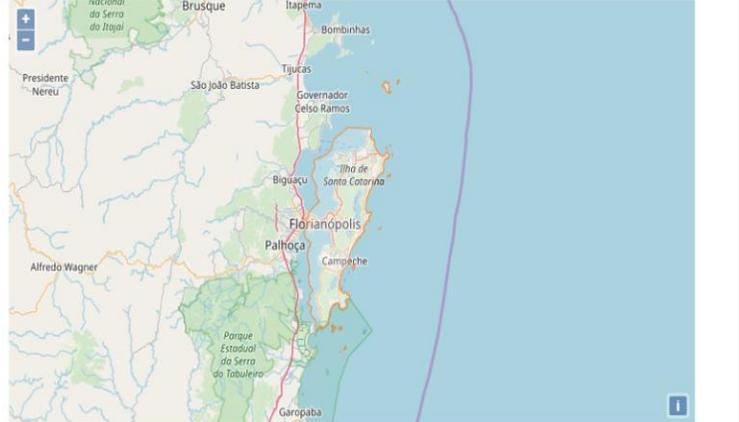
 

Inserir Imagem Inserir Imagem

2.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO
Descrever a situação retratada nas imagens acima e sua relação com o desastre.
Descreva de forma resumida o local onde foi fotografada a imagem.

Ainda restam 300 caracteres a serem digitados

2.3 LOCAL DA SITUAÇÃO
Selecionar no mapa o local onde foram registradas as imagens acima.



Longitude: 0.0 Latitude: 0.0

+ Para incluir mais imagens, clique no botão "adicionar".

Salvar formulário

1.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

Este campo deve ser utilizado como uma legenda explicativa das imagens inseridas. Você deve descrever de forma resumida o local onde foram fotografadas as imagens, situação retratada e sua relação com o desastre.

1.2 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

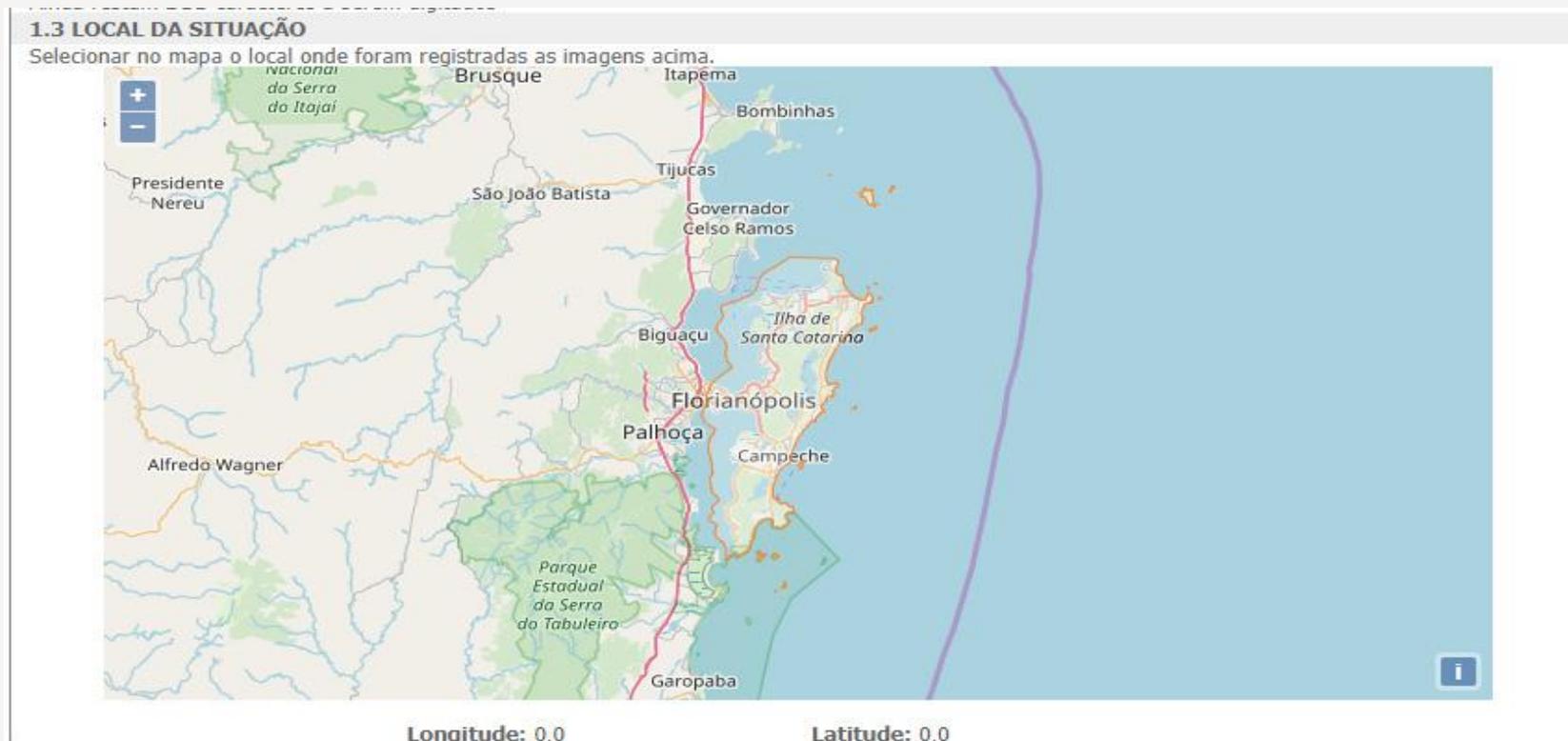
Descrever a situação retratada nas imagens acima e sua relação com o desastre.

Descreva de forma resumida o local onde foi fotografada a imagem.

Ainda restam **300** caracteres a serem digitados

1.3 LOCAL DA SITUAÇÃO

Neste campo, você deve selecionar o local onde foram registradas as imagens inseridas. Basta clicar no mapa e ajustar o zoom, para encontrar o ponto desejado.



ANEXAR OUTROS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Na sequência, o sistema lista outros **três documentos**, com a opção para que cada um deles seja anexado e incorporado ao processo. Esses documentos estão detalhados no quadro **Reconhecimento Federal**.

[Voltar](#) [Detalhes do processo](#)

Protocolo: SC-F-4205407-14140-20191103 Município: Florianópolis Homologado:
Desastre: Baixa Umidade do Ar Status: Registro

1. FIDE 2. DMATE 3. Relatório Fotográfico 4. Anexos 5. Modelos de Documentos

✓ * Declaração Municipal de Atuação Emergencial - DMATE Ofício de solicitação de exclusão de registro [Anexar](#)

✓ * Relatório Fotográfico

* Decreto Municipal ou Estadual (SE ou ECP) [Anexar](#)

* Ofício Municipal ou Estadual [Anexar](#)

*** Parecer do órgão de proteção e defesa civil [Anexar](#)

Outros Documentos (Máximo de 15 arquivos) [Anexar](#)

* Documento obrigatório para procedimento sumário e ordinário.
*** Documento obrigatório para procedimento ordinário.

Nome do Arquivo	Tipo	Ações
-----------------	------	-------

ANEXOS S2iD

[Voltar](#)

[Detalhes do processo](#)

Protocolo: Município: Homologado:
 Desastre: Status:

1. FIDE 2. DMATE 2. DEATE 3. Relatório Fotográfico 4. Anexos 5. Modelos de Documentos

- ✓ * Declaração Municipal de Atuação Emergencial - DMATE Ofício de solicitação de exclusão de registro [Anexar](#)
- ✓ * Relatório Fotográfico
- ✓ * Decreto Municipal ou Estadual (SE ou ECP) [Anexar](#)
- ✓ * Ofício Municipal ou Estadual [Anexar](#)
- ✓ ** Parecer do órgão de proteção e defesa civil [Anexar](#)
- Outros Documentos (Máximo de 15 arquivos) [Anexar](#)

* Documento obrigatório para procedimento sumário e ordinário.
 ** Documento obrigatório para procedimento ordinário.

Nome do Arquivo	Tipo	Ações
Laudo SAAE.pdf	Laudo SAAE	Outros Documentos (Município) Visualizar
Laudo Assistencia Social.pdf	Laudo Assistência Social	Outros Documentos (Município) Visualizar
Decreto e Errata.pdf	Decreto	Visualizar
LAUDO DANOS CHUVAS FEV-2021 ESTRADAS VI..pdf	LAUDO DANOS CHUVAS FEV-2021 ESTRADAS VICINAIS	Outros Documentos (Município) Visualizar
Parecer Técnico.pdf	Parecer Comdec	Visualizar
LAUDO DANOS CHUVAS FEV-2021 EDUCAÇÃO.pdf	LAUDO DANOS CHUVAS FEV-2021 EDUCAÇÃO	Outros Documentos (Município) Visualizar

SUBMETENDO O PROCESSO PARA RECONHECIMENTO ESTADUAL

1. FIDE 2. DMATE 3. Relatório Fotográfico 4. Anexos 5. Modelos de Documentos

- ✓ * Declaração Municipal de Atuação Emergencial - DMATE
- ✓ * Relatório Fotográfico
- ✓ * Decreto Municipal ou Estadual (SE ou ECP) : Anexar Arquivo :
- ✓ * Ofício Municipal ou Estadual : Anexar Arquivo :
- ✓ ** Parecer do órgão de proteção e defesa civil : Anexar Arquivo :
- Outros Documentos (Máximo de 15 arquivos) : Anexar Arquivo :
- Ofício de solicitação de exclusão de registro : Anexar Arquivo :

* Documento obrigatório para procedimento sumário e ordinário.
** Documento obrigatório para procedimento ordinário.

Nome do Arquivo	Tipo	Ações
DECRETO MUNICIPAL.docx	Decreto	: Visualizar : Excluir :
PARECER DO ORGÃO.docx	Parecer Comdec	: Visualizar : Excluir :
REQUERIMENTO MUNICIPAL - OFÍCIO.docx	Ofício Requerimento	: Visualizar : Excluir :

: Enviar para reconhecimento federal :

Clicar nessa opção para solicitar o reconhecimento federal

: Enviar para homologação estadual :

Clicar nessa opção para solicitar somente a homologação estadual

SUBMETENDO O PROCESSO PARA RECONHECIMENTO FEDERAL

1. FIDE 2. DMATE 3. Relatório Fotográfico 4. Anexos 5. Modelos de Documentos

- ✓ * Declaração Municipal de Atuação Emergencial - DMATE
- ✓ * Relatório Fotográfico
- ✓ * Decreto Municipal ou Estadual (SE ou ECP) : Anexar Arquivo :
- ✓ * Ofício Municipal ou Estadual : Anexar Arquivo :
- ✓ ** Parecer do órgão de proteção e defesa civil : Anexar Arquivo :

Outros Documentos
(Máximo de 15 arquivos)

Ofício de solicitação de exclusão de registro : Anexar Arquivo :

* Documento obrigatório para procedimento sumário e ordinário.
** Documento obrigatório para procedimento ordinário.

Nome do Arquivo	Tipo	Ações
DECRETO MUNICIPAL.docx	Decreto	: Visualizar : : Excluir :
PARECER DO ORGÃO.docx	Parecer Comdec	: Visualizar : : Excluir :
REQUERIMENTO MUNICIPAL - OFÍCIO.docx	Ofício Requerimento	: Visualizar : : Excluir :

⇨ **: Enviar para reconhecimento federal :**
Clicar nessa opção para solicitar o reconhecimento federal

: Enviar para homologação estadual :
Clicar nessa opção para solicitar somente a homologação estadual

FOLHA DE VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL - FVD

DEFESA CIVIL			
BRASIL			
Folha de Verificação Documental Estadual			
UF: ES	MUNICÍPIO: Iconha	SIMBOLOGIA:	
DESASTRE: Enxurradas	DATA DE OCORRÊNCIA DO DESASTRE: 08/05/2018		
ANÁLISE DOCUMENTAL			
FIDE			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
X		X	
DMATE			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
X		X	
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
X		X	
PARECER DO ÓRGÃO DE DEFESA CIVIL			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
X		X	
DECRETO MUNICIPAL			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
X		X	
OFÍCIO			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
X		X	
OUTROS			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
X		X	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
O ente federado solicitou reconhecimento federal no prazo legal?			Sim Não
			X
Anotações:			
Houve contato com o ente federado para ajustes na documentação ou complementação de informações?			Sim Não
			X
Anotações:			
Os critérios para reconhecimento federal estabelecidos pela legislação foram cumpridos?			Sim Não
			X
Anotações:			

DEFESA CIVIL			
BRASIL			
Folha de Verificação Documental - FVD			
UF: ES	MUNICÍPIO: Iconha	SIMBOLOGIA:	
DESASTRE: Enxurradas	DATA DE OCORRÊNCIA DO DESASTRE: 08/05/2018		
ANÁLISE DOCUMENTAL			
FIDE			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
		Favor verificar as 3 solicitações abaixo: 1. Verificar informação sobre danos materiais em unidades residenciais. Foi informado que houve, mas não consta o valor (R\$). Verificar e Corrigir. 2. Verificar informação sobre prejuízos públicos. Não houve prejuízos com ensino? E com abastecimento de água potável (há documento de escolas sem aula porque não houve abastecimento de água)? Verificar e corrigir.	
DMATE			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
DEATE			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
PARECER DO ÓRGÃO DE DEFESA CIVIL			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
DECRETO MUNICIPAL			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
OFÍCIO			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
OUTROS			
Apresentou Inicialmente?	Há pendências?	Anotações:	
Sim Não	Sim Não		
		3. O documento encaminhado "Laudo sobre enxurrada", da Sec. de Agricultura, não está datado e não apresenta valores em reais dos danos e/ou prejuízos informados no FIDE. Verificar e corrigir.	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
O ente federado solicitou reconhecimento federal no prazo legal?			Sim Não
			X
Anotações:			
Data da ocorrência: 08/05/2018 Data de entrada no S2ID: 21/05/2018 Total: 13 dias			
Houve contato com o ente federado para ajustes na documentação ou complementação de informações?			Sim Não
			X
Anotações:			
12/06: solicitado 6 ajustes. Prazo: 7 dias (19/06/2018) 19/06: solicitado 3 ajustes. Prazo: 5 dias (24/06/2018) * Outros documentos solicitados em Ajustes, tornam-se obrigatórios (IN 002/2016, art. 6º, IV, f); ** Após prazo, o andamento da análise se dará com ou sem ajuste(s) realizado (s) (IN 002/2016, art. 8º, §3º).			
Os critérios para reconhecimento federal estabelecidos pela legislação foram cumpridos?			Sim Não
			X
Anotações:			

DOCUMENTAÇÃO/REQUERIMENTO

DOCUMENTO	REGISTRO	RECONHECIMENTO ESTADUAL	RECONHECIMENTO FEDERAL
FIDE	X	X	X
DMATE/DEATE	X	X	X
Relatório Fotográfico	X	X	X
Ofício		X	X
Parecer Técnico		X	X
Publicação do Decreto		X	X
Laudos Técnicos		X	x
outros documentos		X	x

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. Reconhecimento Federal: Portaria 260/2022/MDR;
2. Reconhecimento Estadual: Decreto nº 5696-R, de 06 de maio de 2024.

PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE RECONHECIMENTO



DÚVIDAS

Obras de prevenção	Reconhecimento federal	Ações de resposta	Ações de reconstrução
 Obras de Prevenção	 Registro e reconhecimento	 Solicitação de recursos	 Solicitação de recursos
Plano de contingência	Gerenciamento de desastres	Consulta de registros	
 Criação / edição	 Gerenc. de desastres	 Análise geoespacial	 Atlas digital
Outras opções			
 Relatórios	 SCDI	 Manual do usuário	 Legislação



DÚVIDAS



Registro e Reconhecimento

Manual do Usuário Municipal

Introdução

O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID é um sistema elaborado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional - SEDEC/MI, juntamente com o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina – CEPED UFSC para qualificar os dados e as informações sobre desastres, de maneira a fornecer subsídios à gestão de riscos e desastres no Brasil.

Para facilitar o uso do sistema, o S2ID tem diferentes módulos em que diferentes tipos de usuários podem acessar alguns dos módulos. Este documento especifica como entrar no sistema do S2ID, de acordo com o tipo de usuário município.

Este módulo do manual do usuário tem como finalidade facilitar o Registro e Reconhecimento Federal que pode ser preenchido por usuários de Município ou Estado, sendo dividido em 2 seções: a primeira é a introdução sendo seguida pelo “Novo Registro”

Novo Registro

Ao acessar a opção “Acompanhamento”, o usuário poderá criar um novo registro onde o Formulário de Informação dos Desastres (FIDE) será aberto. Além de ser fundamental para habilitar a edição dos demais formulários, o FIDE serve para registrar a ocorrência do desastre e para a abertura do processo de homologação estadual e reconhecimento federal. Da mesma forma, as informações gravadas no FIDE são encaminhadas ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) para as providências de apoio.

Vale ressaltar que o FIDE é um documento obrigatório para que o ente federado possa solicitar o reconhecimento das situações de Emergência ou de Calamidade Pública referentes aos desastres naturais. O formulário também pode ser utilizado para prestar informações sobre os danos e prejuízos decorrentes dos desastres, mesmo quando não é solicitado o reconhecimento.

Ao se iniciar o processo de registro e reconhecimento o sistema irá apresentar um aviso informando o tempo de expiração da sessão de preenchimento do FIDE, conforme a figura 1.

AGRADECEMOS A PARTICIPAÇÃO DE TODOS

**“A DEFESA CIVIL É UMA OBRIGAÇÃO
PARA COM A HUMANIDADE, QUE NÃO
PODE SER ABDICADA POR NENHUMA
NAÇÃO, COMUNIDADE OU INDIVÍDUO”**

Winston Churchill

